



POSIÇÃO DA AGÊNCIA SOBRE OS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Segunda edição

O presente documento indica a atualização, e a segunda edição, da posição da Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (Agência) quanto aos sistemas de educação inclusiva, publicada em 2015. Estabelece uma visão acordada e as características fundamentais dos sistemas de educação inclusiva. Um **Documento de informações de referência** distinto apresenta as evidências e a literatura que fundamentaram esta atualização de 2022 do documento de posição da Agência.

Esta visão principal para sistemas de educação inclusiva é entendida como uma aspiração – um objetivo e um horizonte – para a qual todos os países membros da Agência podem direcionar o seu trabalho de desenvolvimento de políticas. Com o objetivo de apoiar eficazmente os seus países membros a alcançar este objetivo, a Agência reconhece que todos eles estão em diferentes fases do seu pensamento e ação relativamente à visão de sistemas de educação inclusiva. Como tal, a visão fornecerá o ponto focal e a inspiração para fazer avançar o trabalho junto dos países membros nos próximos anos.

À medida que a Agência reflete sobre os 25 anos de trabalho com os países membros, a visão para sistemas de educação inclusiva delineada no documento de posição de 2015 permanece constante:

Todos os alunos, independentemente da idade, dispõem de oportunidades educativas significativas e de elevada qualidade dentro da sua comunidade local, ao lado dos seus amigos e dos seus pares.

Contudo, o contexto do trabalho a nível internacional e europeu mudou significativamente. É imperativo que o documento de posição da Agência se mantenha atual, por conseguinte, o presente documento atualiza a versão original de 2015.

Os sistemas de educação em toda a Europa estão a enfrentar desafios crescentes. Tal deve-se a conflitos, migração, pandemias, alterações climáticas, desenvolvimento tecnológico e mudanças sociais. Muitos destes desafios podem acentuar as desigualdades que o **Global Education Monitoring Report 2020 [Relatório Mundial de Monitorização da Educação de 2020]** sugere que estão normalmente associadas:

... género, distância, riqueza, incapacidade, etnia, língua, migração, deslocamento, encarceramento, orientação sexual, identidade e expressão de género, religião e outras crenças e atitudes (UNESCO, 2020, pág. 4).

A legislação e política nacionais devem reconhecer os direitos de todos os alunos e prevenir ativamente a discriminação, estereotipagem e marginalização que são evidentes para todos os alunos que possam ser vulneráveis à exclusão da educação inclusiva por diferentes razões.

O contexto atual de conflitos e a pandemia de COVID-19 apresentam uma oportunidade para repensar sobre a resiliência dos sistemas educativos e a forma como estes preparam todos os alunos para a vida em tempos cada vez mais incertos. À medida que o impacto total na aprendizagem, saúde mental e bem-estar dos jovens se torna evidente, o pensamento sobre um novo contrato social para a educação assume um papel importante, como delineado na publicação **Reimagining our futures together [Reimaginar os nossos futuros juntos]** (Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, 2021). Tal realça a necessidade de a **educação ser um «compromisso social partilhado» – um dos principais direitos humanos – reforçando a capacidade de todos para se preocupar e cooperar em todos os níveis da sociedade.**



Os benefícios sociais, educacionais e financeiros da inclusão têm sido bem documentados. Contudo, continua a ser fundamental que todos os países respondam ao imperativo político, bem como ao imperativo ético importante, de ambicionar por sociedades mais inclusivas. Ao reforçar o seu compromisso com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, os países devem **assegurar uma maior clareza no que diz respeito aos princípios que sustentam uma abordagem mais holística para o investimento na qualidade para todos os alunos.**

Os quadros jurídicos dos países devem incorporar os compromissos delineados nas convenções internacionais e nas comunicações europeias para consagrar tanto a igualdade como a luta contra a discriminação. A legislação deve assegurar o acesso universal e igualitário à educação inclusiva sem discriminação. Deve salientar que a segregação é uma forma de discriminação, assim como a incapacidade de providenciar os ajustes necessários para assegurar que as pessoas com deficiência possam usufruir de todos os direitos humanos em pé de igualdade com os outros.

A legislação e a política devem concentrar-se em abordagens de prevenção e intervenção para permitir que todos os alunos ultrapassem as barreiras à aprendizagem e participem ativamente, de acordo com a visão principal de que todos os alunos, independentemente da idade, dispõem de educação dentro da sua comunidade local, ao lado dos seus amigos e dos seus pares.

É crucial, para enfrentar os desafios atuais, **que todos os agentes de educação ampliem a sua compreensão de educação inclusiva para incluir TODOS os alunos** (UNESCO, 2020). Tal implica a **erradicação dos mecanismos de discriminação, estereotipagem e marginalização que excluem os alunos das oportunidades dentro das suas escolas e comunidades locais.** As estratégias nacionais que visam determinados grupos minoritários devem ser alargadas para impor o direito à educação e assegurar a importância de todos os alunos.

No centro da planificação futura está uma necessidade de clareza sobre o significado da educação inclusiva. **A inclusão na educação e equidade não deve ser vista como políticas separadas, mas como princípios que sustentam e fundamentam todas as políticas nacionais.** Tal inclui as políticas relativas à governação, currículo, processo de avaliação, garantia de qualidade, monitorização e avaliação, formação de professores, financiamento e alocação de recursos.

O desenvolvimento das competências-chave através de oportunidades de aprendizagem profissionais é fundamental para uma oferta de qualidade. Tais competências devem permitir a todos os educadores elevar as realizações com sucesso, os feitos e resultados de todo o sistema educativo. Os educadores devem estar preparados para adaptar ou modificar o currículo de modo a proporcionar oportunidades relevantes a todos os alunos, sem recurso a currículos alternativos ou distintos. **As abordagens personalizadas devem envolver todos os alunos, apoiar a sua participação ativa e dar-lhes uma voz no processo de aprendizagem.**

O financiamento flexível e a alocação equitativa de recursos devem concentrar-se no **aumento da capacidade das escolas e comunidades para responder à diversidade e apoiar todos os alunos.** As abordagens de financiamento devem considerar questões relacionadas com as necessidades interseccionais dos alunos. Cada vez mais se reconhece que as identidades dos alunos se sobrepõem e, muitas vezes, representam várias dimensões de diversidade. Os alunos podem ser expostos a diferentes tipos de discriminação e desvantagens como resultado da combinação de identidades. É evidente que rotular os alunos e, em particular, usar rótulos para tomar decisões sobre a oferta ou acesso a recursos pode afetar a equidade.

Este reconhecimento crescente da diversidade e complexidade dos alunos exige uma maior colaboração. Exigirá também uma mudança no papel dos profissionais da educação, que devem estar preparados para proporcionar pedagogias mais personalizadas, uma maior utilização das tecnologias digitais e percursos de aprendizagem mais variados. As comunidades escolares serão cada vez mais obrigadas a envolverem-se num processo



de reconceitualização da noção de «escola» como uma instituição que oferece mais do que o ensino de conteúdos curriculares.

As parcerias e redes com as partes interessadas e comunidades locais tornar-se-ão cada vez mais importantes à medida que as instituições (tais como governos, ministérios, autoridades regionais ou locais e escolas) se organizam e colaboram de diferentes formas para estabelecer um trabalho intersectorial. Tal trabalho deve abranger uma compreensão do ecossistema mais amplo para sistemas de educação inclusiva. Deve também ter em conta as principais influências na aprendizagem e participação dentro e entre os níveis do sistema, assegurando a progressão dos alunos e a continuidade da oferta entre todas as fases da educação.

Após a COVID-19, pode haver espaço para **aumentar a consciencialização da sociedade sobre o impacto da segregação, isolamento e exclusão do sistema escolar**. Tal deve sustentar uma abordagem de «reconstruir melhor», centrada no desenvolvimento de capacidades de todas as partes interessadas e na utilização de dados para assegurar um acesso equitativo, contributos e resultados para TODOS os alunos. Tal abordagem deve ser feita à medida para proporcionar diferentes vias e abordagens, fundamentadas pelos contextos atuais e históricos dos países – com foco na melhoria contínua e na oferta de educação de alta qualidade e centrada no aluno para todos.

© European Agency for Special Needs and Inclusive Education 2022

Esta publicação pode ser citada da seguinte forma: Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, 2022. *Posição da Agência sobre os sistemas de educação inclusiva*. Segunda edição. Odense, Dinamarca



Financiado pela União Europeia. As perspetivas e opiniões aqui expressadas são apenas as do(s) autor(es), não refletindo necessariamente as perspetivas e opiniões da União Europeia ou da Comissão Europeia. A União Europeia e a Comissão Europeia não podem ser responsabilizadas por elas.